

HABEAS CORPUS Nº 549.101 - SP (2019/0358830-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA HUNGRIA AAGAARD - SP235100
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAIQUE SILVA DE ALMEIDA (PRESO)
PACIENTE : GUILHERME KINDERMAN OLIVEIRA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KAIQUE SILVA DE ALMEIDA e GUILHERME KINDERMAN OLIVEIRA FERREIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 7 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicialmente semiaberto, e tiveram negado o direito de recorrer em liberdade pela prática do delito inscrito no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (e-STJ fl. 36).

Segundo a acusação, os pacientes "*subtraíram para si, mediante violência física e grave ameaça, [vários itens de duas vítimas]. Por fim, foram denunciados porque, nas mesmas circunstâncias de tempo e espaço, corromperam o adolescente [...], praticando com ele as infrações penais de roubo*" (e-STJ fl. 15).

Interposta apelação, o Tribunal de origem deu parcial provimento ao recurso do Ministério Público em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 40):

Apelação criminal. Roubo. Regime fechado. Tratando-se de roubo praticado no ambiente residencial das vítimas, inclusive com agressões físicas gratuitas e inadmissíveis, faz-se de rigor a imposição do fechado como regime prisional de cumprimento inicial da respectiva pena privativa de liberdade.

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa a desproporcionalidade do aumento da pena-base (e-STJ fl. 5).

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena e a fixação de regime intermediário de cumprimento de pena (e-STJ fl. 9).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Oportunamente, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator